

**HABEAS CORPUS Nº 514.234 - SP (2019/0162154-6)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
WILD AFONSO OGAWA FILHO - RS086384B  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUIS ANTONIO GARCIA DA SILVA  
**OUTRO NOME** : LUIZ ANTÔNIO DA SILVA GARCIA

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM PRÉVIO *WRIT*, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ ANTÔNIO GARCIA DA SILVA, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu o pleito liminar formulado no HC n.º 2106709-64.2019.8.26.0000.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 06/05/2019, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, porque trazia consigo 42,66g (quarenta e dois gramas e sessenta e seis decigramas) de "cocaína", acondicionada em 44 (quarenta e quatro) porções (fl. 18). O Juízo de primeira instância converteu a prisão em flagrante em preventiva no dia 07/05/2019 (fls. 23-28).

Inconformada com a custódia cautelar, a Defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cujo pleito liminar foi inferido pelo Desembargador Relator (fls. 32-33).

Neste *habeas corpus*, a Impetrante sustenta, em suma, a inexistência de fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva.

Assevera que foi apreendida pequena quantidade de drogas, que o Paciente é primário e de bons antecedentes e que, "*mesmo condenado, não poderá ter contra si aplicação de pena privativa de liberdade sem a devida substituição por*

*restritiva de direitos"* (fl. 10).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, sua substituição por uma das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe de 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado, tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, não houve, nas decisões ordinárias, ilegalidade patente que autorize a mitigação do entendimento consolidado na Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, em Juízo prelibatório, constata-se que o Magistrado singular mencionou adequadamente, para impor a segregação preventiva, que "[n]a abordagem foram encontradas 44 (quarenta e quatro) porções de 'cocaína', totalizando 42,66 gramas, além de dinheiro" (fl. 24).

Cito o seguinte precedente, semelhante à hipótese deste writ:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. FLAGRANTE CONVERTIDO EM PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. QUANTIDADE E NATUREZA DELETÉRIA DAS DROGAS. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. DESPROPORCIONALIDADE ENTRE A SEGREGAÇÃO PREVENTIVA E PENA PROVÁVEL. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

4. **A prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos extraídos dos autos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do paciente, evidenciadas pela quantidade e natureza deletéria das drogas localizadas - 37 porções de cocaína pesando 26, 72g -, circunstâncias que, somadas ao fato de o acusado ser conhecido no meio policial por seu envolvimento com o tráfico de entorpecentes, demonstram risco ao meio social, recomendando a sua custódia cautelar especialmente para garantia da ordem pública.**

[...]

6. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

7. Não há falar em desproporcionalidade entre o decreto prisional preventivo e eventual condenação, tendo em vista ser inadmissível, em habeas corpus, a antecipação da quantidade de pena que eventualmente poderá ser imposta, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado.

8. Habeas corpus não conhecido." (HC 481.587/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/04/2019, DJe 16/04/2019, sem grifos no original.)

Diante do que foi registrado acima, não se observa, ao menos *primo actu oculi*, teratologia a ser corrigida. A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do

próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiramente ao Tribunal impetrado a análise, sendo defeso a esta Corte Superior adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Instância *a quo*, mormente porque o *writ*, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

